

FRONTEIRAS

UMA HISTÓRIA
DA EUROPA,
CONTADA
A PARTIR DAS
MARGENS

LEWIS
BASTON

«Uma das histórias da Europa mais
fascinantes que li nos últimos anos.»

DOMINIC SANDBROOK



*Para os meus professores,
que me moldaram e abriram a minha mente:*

*Vic, Jill, Hannah, Colin, Andrew, Bill, Michael,
Peter, Anthony, David e muitos outros.*

Índice

Introdução	9
Nomes de locais	23

Primeira Parte: Ocidente

1. Onde o posto fronteiriço costumava ficar (Irlanda/Reino Unido)	29
2. De guarda ao Reno (França/Alemanha)	49
3. Unidos pelas fronteiras (Países Baixos/Bélgica).	71
4. A Suíça e os seus vizinhos (Itália, França, Alemanha, Áustria)	89

Segunda Parte: Norte

5. Os impérios muito comilões (Lituânia, Rússia, Polónia)	109
6. Saída de palco, perseguidos por um urso (Finlândia, Estónia, Rússia)	117
7. A terra do âmbar (Alemanha/Rússia/Polónia).	127
8. De Stettin no Báltico (Alemanha, Polónia)	151
9. O romance oculto da Baixa Silésia (Polónia, Alemanha)	183

Terceira Parte: Centro

10. Coração da Europa.	203
11. O Estado sucessor (República Checa, Eslováquia, Alemanha, Áustria)	209

12. O campo de batalha pacífico (Áustria/Hungria)	237
13. O outro lado da passagem (Eslováquia, Áustria, Hungria, República Checa)	247
14. O complexo de Trianon: a Hungria e os seus vizinhos (Eslováquia, Roménia, Ucrânia, Sérvia, Croácia)	261

Quarta Parte: Leste

15. Onde fica a minha casa? (Ucrânia/Rússia)	289
16. O caminho escolhido (Ucrânia/Polónia)	301
17. «Vim de lado nenhum» (Ucrânia/Eslováquia/Hungria).	319
18. A capital secreta da Europa (Ucrânia/Roménia)	341
Agradecimentos	361
Notas	365
Créditos fotográficos	373
Índice remissivo	375

Introdução

Em solo britânico, não temos fronteiras.

A última linha fronteira internacional até onde podíamos ir a pé — a linha entre a Escócia e a Inglaterra — deixou de existir com o Ato de União de 1707 e, embora se tenha colocado a possibilidade de ela reaparecer em 2014, e ainda que isso possa vir a acontecer, passámos mais de trezentos anos a sentir que somos, em geral, o mesmo país. Exportamos os nossos esforços a desenhar linhas fronteiriças, quer os beneficiários (da Irlanda à Bélgica, passando pela Índia) gostem ou não.

A ideia de irmos diretamente para um país estrangeiro de carro, de apanharmos um comboio no qual embarcamos sem precisar de passar a segurança ou, ainda mais radicalmente, de simplesmente lá chegarmos a pé, não é uma ideia normal no imaginário inglês. A primeira vez que atravessei uma fronteira terrestre internacional foi numa sonolenta madrugada de um dia do verão de 1984. Estava com os meus pais e a minha irmã numa camioneta que havia partido de Londres ao fim da tarde anterior. Eu tinha dormido intermitentemente enquanto seguíamos desde Calais, através dos campos de batalha do norte de França, e depois por Reims e Metz, para chegarmos a Estrasburgo. Talvez para desencorajar os passageiros de irem dar uma volta nas paragens rurais, passava no televisor do autocarro o filme *A Fúria do Herói*, e depois deste acabar deixámo-nos adormecer desconfortavelmente. Eu esperava poder ver o momento da transição e os meus pais acordaram-me mesmo a tempo. O autocarro foi atravessando estradas vazias e bem iluminadas na zona industrial de Estrasburgo.

Atravessámos a ponte do Reno... e PUMBA! Estava em Kehl, na Alemanha. Na Alemanha! Todo um outro país. Num instante, da França para a Alemanha, sem embarcar num *ferry* ou sequer sair do assento cada vez mais desconfortável do autocarro. Dei os meus primeiros passos em território alemão numa área de serviço à saída de uma *autobahn* perto de Baden-Baden, cujo nome era por si só um talismã de lógica e literalidade teutónica. Os meus pais e a minha irmã não pareciam tão entusiasmados.

Algumas horas mais tarde — muitas mais horas, durante as quais o condutor trocou a cassete de vídeo e pôs *Música no Coração* para nos deixar bem dispostos — voltámos a repetir o truque. A paisagem tornou-se cada vez mais montanhosa e, a dada altura, as colinas tornaram-se em montanhas e atravessámos um posto de controlo da Baviera para a Áustria. Alguns anos depois da viagem à Áustria, os meus pais disseram-me que viajar de autocarro tinha sido parte do plano porque eles acharam que eu ia gostar.

Eu era estudante quando a Cortina de Ferro caiu; a minha primeira viagem de Interrail levou-me à Praga e Bratislava pós-comunistas em 1990, do outro lado do que havia sido uma fronteira impossível tanto na cabeça como nos mapas. A Europa era muito maior do que eu tinha imaginado. Ganhei consciência de que ainda seriam possíveis enormes mudanças políticas no meu tempo — de que a «grande história» ainda estava a ser escrita. Parte disso — na Checoslováquia, na ex-URSS e na ex-Jugoslávia — significava que as linhas aparentemente imutáveis dos atlas podiam, afinal de contas, mudar.

Parte substancial da minha vida profissional enquanto especialista eleitoral implicou analisar, comentar e recomendar fronteiras; praticamente todos os sistemas eleitorais implicam desenhar algumas linhas num mapa para determinar a representação política. Porém, nunca perdi o meu fascínio pelas fronteiras nacionais e pela Europa central e de Leste. Quando oito países da região se juntaram à União Europeia em 2004, e começou a haver voos baratos, pude explorá-los pessoalmente de um modo que não me teria passado pela cabeça antes de 1989. As qualidades distintas de locais como a Letónia ou a Eslováquia revelaram-se-me durante tais viagens, e eu apreciava o prazer transgressivo de atravessar fronteiras terrestres mais frequentemente.

A génese deste livro reside nesse período traumático da vida política em que o Brexit e Trump fizeram a sua aparição. Os acontecimentos de 2016 deixaram-me desprovido de qualquer entusiasmo político e encorajaram-me a tentar descobrir um modo de olhar, indiretamente, para o que estava a acontecer e a encaixá-lo num contexto maior. Comecei por olhar para a fronteira terrestre do meu próprio país na Irlanda, que tinha estado a desvanecer-se desde o Acordo de Belfast de 1998. Tínhamos vivido a vitória de uma campanha maioritariamente concentrada nos méritos generalizados de instalar controlos fronteiriços; quais seriam as consequências para a nossa fronteira atual? Percorri os campos e sebes de Fermanagh e Armagh, à procura de respostas. Porém, compreendi que a questão era mais geral, e estava ligada à minha própria curiosidade de toda a vida sobre fronteiras terrestres e zonas de ambiguidade. Um dos problemas da minha aprendizagem da história, sem culpa dos meus professores brilhantes, foi que «a nossa» história nacional era separada das preocupações europeias. Ao ler acerca de locais como a Silésia e as Sudetas, e sobre os conflitos que aí decorreram no início da década de 1920, os paralelos com a Irlanda saltam da página. Embora o Império Britânico não se tenha desmoronado juntamente com outros impérios europeus em 1917–1918, nunca mais voltaria a ser o mesmo. Nem a história económica da Grã-Bretanha se resume à história de uma ilha. A Grã-Bretanha, por mais que tente, não pode fugir ao seu contexto europeu. Por isso, embarquei numa série de viagens de descoberta que me levaram a — e muitas vezes a atravessar — todas as fronteiras sobre as quais escrevo neste livro — da fronteira entre a Rússia e a Finlândia perto de Vyborg às planícies do sul da Ucrânia, da Irlanda à Croácia. Fui ainda mais longe, mas ao escrever um livro sobre fronteiras é preciso definir uma linha de chegada.

Nunca esqueci a minha sensação de pasmo ao atravessar essa linha fronteiriça nacional entre a França e a Alemanha naquele dia de 1984. Reginald Maudling, o político afável e imperfeito de quem em tempos fui biógrafo póstumo, gostava de dizer que o ponto de partida da sabedoria filosófica era a simples noção de maravilhamento e surpresa, e é esse o cerne deste livro. Tenho estado há muito tempo à espera de explorar essa sensação de transição abrupta que surge ao atravessar

uma linha que, por mais concreta que seja, deve a sua existência à imaginação humana e às suas limitações.

Encontram-se frequentemente duas metáforas sobre fronteiras e zonas fronteiriças: a ponte e a porta. A ideia da ponte celebra o papel da fronteira como local aberto ao intercâmbio, enquanto a porta implica a capacidade de manter a fronteira fechada, de admitir os outros seletivamente ou de não os admitir de todo, na própria casa. Ambas as ideias são válidas, em graus diferentes e em circunstâncias diferentes; os guardas fronteiriços estónios consideram muito a fronteira com a Rússia como a porta da rua da sua casa, a ser mantida em segurança, enquanto a fronteira letã está completamente aberta. Existe até um parque infantil na cidade fronteiriça de Valga-Valka, onde um baloiço leva uma criança a baloiçar entre a Estónia e a Letónia. A escritora ucraniana Victoria Amelina (1986–2023) escreveu sobre a fronteira como uma definição de onde começava o «lar». Ao dizê-lo, não estava necessariamente a falar de uma fronteira nacional, mas de uma comunidade alargada com um sentimento de fraternidade que pudesse abranger algumas fronteiras nacionais mas não outras, e que não fosse necessariamente fácil de identificar. Estaremos, tal como lamentou Amelina, «condenados a cometer constantemente erros sobre onde o nosso lar, o espaço seguro da confiança, termina e quais das suas fronteiras devem ser particularmente bem guardadas?»

Na Europa dos impérios, antes de 1914, havia poucos controlos à circulação das pessoas à exceção daqueles que o mercado impunha através do acesso financeiro à viagem. A migração era até relativamente gratuita — antes do Ato dos Estrangeiros de 1905 — para a Grã-Bretanha. Os passaportes não costumavam ser necessários, e além da migração existia um extenso sistema de viagens turísticas a estâncias costeiras, termas, antiguidades e mesmo de «turismo negro» aos campos de batalha. Guias de viagem, tais como o Baedeker, tinham atualizações frequentes para os locais do momento, como a Suíça e a Itália, e estavam a expandir-se para destinos turísticos mais aventureiros, como o Egipto e a Rússia («com um saltinho a Pequim»), na véspera da Grande Guerra. Porém, existiam barreiras ao transporte de mercadorias. As viagens ferroviárias internacionais podiam implicar inspeções

alfandegárias minuciosas, e as quantias que um indivíduo podia transportar através de uma fronteira internacional sem pagar imposto eram muito limitadas.

As próprias fronteiras não são tão antigas tal como temos tendência a acreditar. O que imaginamos como «Estados» no mundo antes de mudanças como a Paz da Vestefália em 1648* e as guerras revolucionárias francesas, não eram, muitas vezes, territórios por sua exclusiva conta e risco; tinham de cumprir obrigações imperiais e religiosas e de tomar conta dos direitos dos senhores e das cidades, e as margens da sua soberania eram difusas, tanto no sentido político como no geográfico. Contudo, enquanto a maior parte das linhas que desenhámos nos mapas históricos são imaginárias, existiam algumas fronteiras antigas que tinham significado no terreno. A China e o Império Romano construíram ambas fortificações fronteiriças há dois mil anos, embora estas não fossem bem o mesmo que as fronteiras modernas. Os impérios não costumavam reconhecer a soberania das entidades do outro lado da linha; havia uma zona fronteiriça nebulosa para lá das *Limes* romanas na Europa, nas quais existiam comércio e assentamento urbano. Os raianos existem, por isso, há mais tempo do que as fronteiras legais. As *Limes*† estendiam-se pelo que são hoje a Alemanha e a Europa Central, e o seu objetivo parece ter sido a regulamentação do comércio e da migração em pequena escala, mais do que a defesa imperial; provaram ser inadequadas quando a grande época da migração europeia começou, nos séculos iv e v. Os britânicos podem possivelmente ter uma ideia exagerada da formidável extensão das fronteiras do Império Romano, pois uma das mais militarizadas, a Muralha de Adriano, corre em linha reta pelo norte de Inglaterra.

Menos conhecida do leitor britânico é a Fronteira Militar que dividia a cristandade austríaca do Império Otomano islâmico. Durou formalmente durante quase três séculos, até 1881, mas foi a sucessora das zonas fronteiriças instáveis que se estenderam antes disso pela Croácia, Hungria e Transilvânia durante dois outros séculos. De certa

* Tratados que concluíram a Guerra dos Trinta Anos e levaram ao reconhecimento dos estados antecessores dos atuais Países Baixos e Suíça. [N. T.]

† Palavra latina que deu origem ao vocábulo «limite».

forma, o impacto psicológico da Fronteira Militar foi mais profundo do que o da Cortina de Ferro; o imaginário da falha geográfica entre o «Ocidente» e o Islão ainda é poderoso. O ponto de passagem psicológico entre a «Europa» e «os Balcãs» esteve fixado durante dois séculos em Belgrado, do outro lado do Sava e do Danúbio da última cidade da Croácia/Hungria, Semlin (que é hoje Zemun, um subúrbio de Belgrado). A presença islâmica estava enraizada há mais tempo e era mais profunda em Belgrado do que no território a norte, e existiu uma guarnição turca na cidade sérvia que, fora isso, foi de facto independente até 1867.

A Fronteira Militar era um local onde começavam novas formas de sociedade, não tanto devido ao contacto com o outro lado, mas porque as autoridades de Habsburgo encorajavam o assentamento do território por agricultores que, em troca da obrigação de cumprir serviço numa milícia para defender a fronteira, se libertavam dos laços feudais com senhorios ou aristocratas. Os camponeses livres tinham como tarefa percorrer a fronteira para a guardar, impedi-la de ser invadida e ajudar comerciantes e viajantes a atravessarem em segurança o território fronteiriço, apesar dos perigos do banditismo. Por todo o lado, nas regiões fronteiriças da Europa, reparei que as pessoas tinham muitas vezes cães grandes e ferozes; tinham de depender da sua própria proteção. O cão pastor da Boémia foi originalmente criado para ajudar os camponeses livres que patrulhavam as fronteiras. Ao longo dos séculos, diferentes grupos étnicos instalaram-se em regiões fronteiriças, criando locais como a Krajina da Croácia, habitada pelos sérvios, e a dispersão de comunidades alemãs e croatas pela Europa central. As conquistas imperiais russas, como o sul da Ucrânia nos anos 1790, foram variações do mesmo padrão de anexação, fortificação e colonização. O legado histórico da Fronteira Militar de misturar e separar os vários povos da Europa central e do Sudeste teve uma importância muito para além das fronteiras da região — em particular no assassinio de Francisco Ferdinando em 1914.

A paradoxal liberdade da Fronteira Militar assemelhava-se à fronteira colonial, que teve uma influência formativa nos Estados Unidos. A ideia do *territenente* independente que cumpria serviço na milícia para proteger a sua família, e da fronteira como um espaço onde reinava

a liberdade e as pessoas se podiam reinventar, foi uma ideia europeia antes de ser americana. O conceito da fronteira foi reimportado pelos nazis, que sonhavam com uma tribo de agricultores-soldados que mantivesse a segurança na fronteira oriental do novo império alemão. As mudanças de fronteiras depois de 1945 levaram a pequenos Oestes Selvagens na Polónia e Checoslováquia comunistas, onde as propriedades dos alemães expulsos estavam disponíveis para quem as quisesse e eram necessários elementos de confiança para criar raízes e guardar o seu lado da Cortina de Ferro.

As fronteiras são tão sinistras como libertadoras; essa dualidade não se confina ao axioma de existir um país de ambos os lados da linha. O aspeto sinistro faz parte de algumas línguas, incluindo o inglês. A antiga versão em língua inglesa do pai-nosso sempre me confundiu em criança — porque é que o trespassar é isolado como algo que deve ser perdoado por oposição a todas as outras malfetorias? Porém, o trespassar inclui todos os outros males — significa entrar, sem ter sido convidado, na esfera legítima do interesse dos outros. Do mesmo modo, «transgredir», «passar das marcas», «ultrapassar» — todas estas palavras ligam esta ideia de «atravessar uma fronteira» a «estar errado» num sentido legal, social ou moral. A ligação também não é apenas uma peculiaridade da língua inglesa, tal como soube ao ler *Crime e Castigo* e a descobrir que a palavra russa para «crime» («*prestupléníye*») vem igualmente da ideia de atravessar uma fronteira («*npe*» significando «através», «*cmyn.лeнue*» significando «passo»). A palavra polaca para «crime», «*przestęstwo*», tem raízes idênticas; a mesma coisa acontece no búlgaro, mas não nas línguas românticas ou no alemão. Para os eslavos orientais e os ingleses, pelo menos, a nossa língua sugere-nos que uma fronteira é geralmente mau sítio.

A nossa psicologia é afetada pela presença destas linhas imaginárias; à primeira vista, elas parecem proibir. As «coisas más» estão sempre do lado de lá da fronteira, tal como descobri uma e outra vez ao longo da pesquisa para este livro. Ideias e desejos inaceitáveis são projetados sobre as pessoas do outro lado da fronteira, e — para aqueles que vivem longe das zonas fronteiriças — podem escorrer para o nosso lado, a não ser que a fronteira esteja fechada e que as pessoas que vivem perto sejam chamadas à pedra. As pessoas cujas

relações com as fronteiras sejam instáveis, tais como os judeus e o povo roma, estão particularmente em risco.

Atravessar uma fronteira ou colonizar uma terra de fronteira, também nos dá autorização para deixar as habituais restrições sociais e mesmo morais para trás, «em casa». A fronteira poderá ser uma linha clara num mapa que divide jurisdições, mas está rodeada por uma zona turva onde as leis nacionais são vergadas ou quebradas antes de chegarem aos seus limites geográficos. Mesmo quando se passa a fronteira em si, existe a sensação de atravessar um espelho para um sítio onde o que até aí era ilegal passa a ser anunciado em voz alta. Bem-vindo à terra da liberdade onde se pode ir a um casino ou beber aos 19 anos de idade, comprar álcool, ir às compras ao domingo, comprar fogo de artifício! Não é realmente suposto levar consigo essas mercadorias pela fronteira, mas não dizemos a ninguém se também não disser. . . A liberdade da fronteira pode por vezes ter um lado mais sinistro, tal como teve, por exemplo, na fronteira checo-alemã, onde a indústria do sexo explodiu depois da queda da Cortina de Ferro. No seu pico, em 2000, existiam 50 bordéis e 400 trabalhadoras do sexo na aldeia checa de Dubí, muitas vezes a trabalharem em condições perigosas e involuntárias. No caso mais sério, os soldados de exércitos invasores sentem que têm permissão para se comportar de maneira feral uma vez escancarados os portões fronteiriços e violado (a relação linguística entre a violação e a invasão não é coincidência) o território de outrem.

As fronteiras da nação, do Estado, são importantes. Apesar da União Europeia e da liberdade de circulação pelas fronteiras, as pessoas parecem precisar de nações, e com as nações vêm as linhas fronteiriças que as separam umas das outras. Embora isto tenha muitas vezes sido tratado como um fenómeno natural, é um desenvolvimento histórico recente. Antes do início do século XIX, as nações, o nacionalismo e as fronteiras funcionavam na sua maior parte de modos diferentes do que agora. O último par de séculos, nos quais estas fronteiras têm sido rigidamente definidas e policiadas, têm sido uma experiência.

Podem produzir-se mapas que dizem definir territórios nacionais ou imperiais, digamos, no ano 1500, mas as fronteiras não significam

o mesmo que as linhas num mapa político moderno da Europa. Se visitássemos fisicamente uma fronteira, o mais provável seria que não existissem postos de controlo nem guardas. Não existiria nada que nos impedisse de a atravessar e, provavelmente, não existiria nenhum modo imediato de saber quando a tínhamos atravessado, embora pudéssemos ter sorte e encontrar um marcador em pedra. A influência do Estado ter-se-ia desvanecido algum tempo antes de chegarmos à fronteira propriamente dita. Muito do que os Estados fazem hoje nas fronteiras era então negociado por diferentes tipos de autoridade. As portas da cidade, não a fronteira nacional largamente teórica, eram o principal local de taxação de mercadorias e regulamentação de circulação das pessoas. A divisão entre urbano e rural é mais antiga, e mais forte do que a maior parte das distinções nacionais.

Temos hoje tendência a pensar nos Estados como exclusivos; se nós — ou um pedaço de terra — estamos num, não podemos estar noutra. Mas não é assim que as coisas foram na Europa durante a maior parte da sua história; o equivalente aproximado do Estado — os historiadores têm tendência a evitar chamar-lhes «Estados», por oposição a «entidades políticas» — muitas vezes não tinha liberdade de soberania. O governante tinha de responder tanto acima, a instituições supranacionais complexas como o Sacro Império Romano e a sua teia de regras constitucionais e hereditárias, como abaixo, às cidades, margraves e cantões, que guardavam ciosamente todos os seus poderes e privilégios. Existiam largas faixas de território cuja fidelidade se dividia entre aquilo a que hoje chamamos França e Alemanha, e Alemanha e Polónia. A primeira vez que uma fronteira clara foi traçada entre a França e a Alemanha foi em 1814 (e foi revista um ano mais tarde).

A filosofia do nacionalismo sempre teve problemas com as terras junto às fronteiras e, dado que o nacionalismo é o modo dominante como organizamos os Estados, esta é uma falha significativa. Dividir a terra em Estados será um problema se existirem áreas onde gente com línguas, religiões e identidades diferentes vive toda misturada. Colocar áreas etnicamente mistas no interior de Estados-nação cria minorias nacionais, tal como aconteceu em muitas zonas da Europa depois de 1918. Uma «Europa das nações» no sentido estrito apenas

existiu durante um par de décadas após 1918 e foi um desastre político e económico. As suas cicatrizes ainda estão visíveis na terra e nas cabeças das pessoas.

Entre 1938 e 1947, as fronteiras europeias foram redesenhadas vezes sem conta; muitas das minorias foram violentamente deslocadas; a lógica do nacionalismo, incluindo a variação comunista do nacionalismo, gerou a limpeza étnica. O legado destes anos fez azedar as relações entre povos e Estados e, através das terras despovoadas e despojadas pela amargura do conflito fronteiriço, em alguns sítios a mão ainda só é oferecida a medo. Existe algum modo pacífico, aceitável, de reconciliar a maneira como nos organizamos em Estados com os interesses dos povos fronteiriços em viverem as suas vidas e conservarem as suas identidades diversificadas? O passado e o presente da Europa, de soberania sobreposta e partilhada, é a melhor solução disponível? E pode a Grã-Bretanha realmente manter-se distante, visto que também ela tem uma fronteira traçada por entre a violência dos anos imediatamente a seguir à Grande Guerra?

Se decidirmos que as fronteiras são realmente necessárias, serão elas um mal necessário? As fronteiras nacionais e os mapas que as ilustram não são factos neutros. São as heranças do poder imperial violento, na Europa e por todo o mundo. Os mapas dos locais onde a maior parte dos povos do mundo vive foram desenhados pelos impérios coloniais europeus — na corrida a África no final do século XIX, no Médio Oriente moldado por Sykes e Picot em 1916, no subcontinente indiano dividido por Radcliffe e Mountbatten num único mês em 1947. Potências sucessivas usaram o seu domínio sobre a Europa para redesenharem o mapa do continente, com diferentes graus de sucesso: as impressões digitais de Napoleão, Alexandre I, Castlereagh, Napoleão III e Bismarck estão todas visíveis. Porém, a forma atual da Europa é sobretudo obra de Woodrow Wilson e dos Aliados em 1919 e de José Estaline em 1945. Cada ronda de mudanças foi progressivamente mais disruptiva, culminando nas linhas sangrentas que mudaram rapidamente no mapa impostas à Europa Central e de Leste entre 1938 e 1945. Outra memória que tenho dos anos 1980 foi aprender sobre o Tratado de Versalhes na aula de história, e parte essencial disso era etiquetar um mapa duplicado, de fragrância narcótica e delineado

a púrpura, com os pedaços de território que mudaram de mãos em 1919. Por oposição, havia um mapa do Reich de Hitler tal como era no início de 1941, uma grande mancha na Europa central parecida com um órgão afligido por tumores repugnantes.

Ao longo da história, houve momentos em que linhas num mapa que tinham tido enorme importância poucos anos antes já não tinham grande significado, enquanto surgiam novas linhas em locais que as pessoas tinham atravessado livremente ainda pouco tempo antes. Por vezes, a linguagem da vida quotidiana mudou também. Se as linhas podiam mudar, o que justificava colocar as linhas aqui em vez dali, e quem tinha legítima autoridade para o decidir? Quanto deviam realmente importar quaisquer linhas? O que acontecia verdadeiramente quando a linha se movia e as pessoas davam por si noutra sítio essencialmente diferente sem que elas próprias se tivessem movimentado? Qual é a relação entre o lar (no sentido que os alemães dão a «*Heimat*», uma localidade onde se tem um sentimento de pertença) e a nação, e quem somos «nós» definidos contra «eles»?

Os povos fronteiriços podem falar línguas diferentes ou dialetos não padronizados e, por mais que o tenham tentado os regimes autoritários, nunca eliminaram por completo tal diversidade. Nos nossos tempos, existem parentescos entre as grandes cidades cosmopolitas, onde múltiplos grupos de pessoas se misturam e socializam, e o cosmopolitismo provinciano das duas caras da cidade fronteiriça. Os raianos têm muitas vezes uma relação tensa com as suas próprias autoridades nacionais, sobretudo os raianos cujas capitais ficam a grande distância, física e psicológica, da fronteira, e cujas autoridades economizam nos serviços públicos e no desenvolvimento económico das cidades fronteiriças ao mesmo tempo que as afogam com responsáveis alfandegários e quartéis militares. Por vezes, o território em si é evacuado ou destruído para criar zonas de segurança ou campos de exercício militares, e as zonas fronteiriças checas ganharam má reputação devido a indústrias poluidoras. O estado central também não gosta muito de raianos; podem ser vistos como dúbios em termos de lealdade nacional e suspeitos de constante atividade criminal-económica fronteiriça, como o contrabando. Num mundo integrado pelo comércio e pela tecnologia, talvez sejamos todos hoje

raianos; o que podemos aprender com os povos que viveram toda a sua vida com a dualidade e a ambiguidade?

O período presente da história europeia implica sarar alguns dos tecidos cicatriciais deixados pelo traumático século xx da Europa. O nacionalismo, a guerra, o fascismo e o comunismo deixaram feridas profundas no mapa da Europa. Os povos foram separados uns dos outros por fronteiras nacionais e pelo estatuto de serem a base de um Estado-nação, ou uma minoria dentro de um Estado-nação que nunca lhes permitiria serem seus membros de pleno direito. Sob os nazis, e no período imediato do pós-guerra, os povos foram forçados a conformar-se às linhas traçadas no mapa, em vez das linhas do mapa serem traçadas no interesse dos povos (o que, por muitas falhas que o Tratado de Versalhes tivesse, os pacificadores de 1919 tinham tentado respeitar). Milhões foram deslocados das suas casas para encaixarem em conveniências raciais ou estratégicas, tal como as irmãs de Cinderela cortavam sanguinolentamente pedaços dos seus pés para caberem no sapatinho de vidro. Depois desta fase brutal, a Cortina de Ferro caiu e tornou-se uma fronteira mais dura do que qualquer outra que tivesse existido em qualquer lado em tempo de paz. É um choque emocional aproximarmo-nos de locais que foram esterilizados de muito do que os tornara especiais — em particular as zonas fronteiriças judaicas, cujos povos foram em grande parte assassinados, mas sem esquecer o vazio deixado pela cooptação do ódio nacionalista pelos regimes comunistas. A ambiguidade, o tecido conjuntivo, entre locais como Viena e Praga ou Bratislava ou Budapeste foi rompida. Está a recomeçar a crescer, e parte da alegria da minha viagem pela Europa enquanto escrevia este livro foi ver esse novo crescimento e a reconciliação, à medida que alguns dos danos do século xx iam sendo desfeitos. Talvez o transtorno de personalidade *borderline* da Europa possa ser gerido, até mesmo tratado.

A Europa é o centro de projetos ambiciosos para melhorar as fronteiras — estabilizá-las para que não se voltem a mover, suavizar o seu impacto para aqueles que as atravessam e reparar os danos criados pelas fronteiras do passado. As pessoas distinguem muitas vezes entre fronteiras «duras» e fronteiras «macias». Trata-se de um espectro mais do

que uma divisão binária. O Muro de Berlim é um exemplo de uma fronteira muito dura — uma barreira literal de betão, policiada por guardas armados através da qual o acesso apenas era possível em determinados sítios com a documentação correta. A barreira física e os requerimentos administrativos para pessoas e mercadorias são elementos de dureza.

Do outro lado do espectro do Muro de Berlim existem algumas fronteiras tão macias que mal existem, marcadas por sinais semelhantes àqueles que nos dão as boas-vindas à cidade seguinte. As fronteiras internas dentro da união alfandegária e da zona Schengen são as mais macias de todas. Ao fim de mais de uma década de Schengen, as pessoas dão-nos por vezes direções sem especificar em que país o sítio fica, tal como notei ao procurar um restaurante perto de Ostritz na fronteira germano-polaca. Quando os controlos foram temporariamente repostos devido à covid-19 em 2020, as pessoas viveram-nos como um obstáculo artificial. Peguemos na cidade dividida de Cieszyn (Polónia) e Český Tešín (República Checa), onde a fronteira corre ao longo do rio Olza: as pessoas de ambos os lados do rio ergueram faixas que diziam «Tenho saudades tuas, polaco» e «Tenho saudades tuas, checo» quando a ponte fechou. Em 1918–1920, a Polónia e a Checoslováquia tinham travado aqui uma pequena guerra, e em 1938 a Polónia tomou algum território checo. Porém, a fronteira macia trouxe ao de cima o mais macio dos sentimentos.

A fronteira macia é um ideal que, maioritariamente, resulta no continente europeu e na ilha da Irlanda. Porém, os benefícios económicos e sociais têm um custo. As fronteiras fisicamente abertas transferem o fardo da execução fronteiriça para o interior, pelo que as verificações de identidade para fins de residência, emprego e relações com o Estado implicam verificar o estatuto de residência. O maior fardo é carregado por aqueles fora do Jardim de Schengen; com as fronteiras internas abertas vem uma fronteira externa muito dura. Os tratados locais poderão tornar isto menos oneroso para aqueles que estão imediatamente do outro lado da linha, digamos na Ucrânia ou na Sérvia, mas o cumprimento da fronteira no Mediterrâneo e nos enclaves espanhóis no Norte de África é feroz. Isto também não é um problema temporário. À medida que as alterações climáticas e o crescimento

populacional pressionam os recursos do Sahel e de outras regiões pobres, o alargamento cada vez maior da disparidade no nível de vida tornará mais atraente mesmo a travessia mais perigosa, por oposição a ficar num lar inabitável. Quando é que o controlo fronteiriço se torna passiva, ou ativamente, genocida? E pode a Grã-Bretanha, graças a um acidente geográfico, negar verdadeiramente a responsabilidade pelo que se passa na sua vizinhança?

Em *Fronteiras*, descobri uma história secreta da Europa, contada a partir das margens em vez das capitais imperiais, a partir dos sítios onde os povos de países diferentes são vizinhos, amigos, amantes e inimigos, mais do que colegas diplomáticos. Sigamos as linhas no mapa, e amemos os locais imperfeitos que encontramos no seu decurso, pois, tal como Leonard Cohen nos diz, a luz apenas entra porque há uma brecha em todo o lado.

Nomes de Locais

Um livro sobre fronteiras em mudança vai forçosamente mencionar locais que têm nomes em mais do que uma língua, e isso irá gerar polémica. A minha abordagem geral foi a de usar os nomes ingleses* onde eles são familiares — seria pretensioso referir-me permanentemente a «Praha» e «Warszawa» num texto em inglês. Porém, existem muitos sítios que não são passíveis de serem assim tratados, e nesses procurei usar o nome mais apropriado no tempo e contexto a que me refiro — pelo que a cidade que agora conhecemos como L'viv na Ucrânia é Lwów entre as guerras e quando discutimos a comunidade polaca, e Lemberg no contexto do império Habsburgo.

Existem pelo menos nove sistemas diferentes de marcas diacríticas em uso nos locais referidos neste livro, um desafio mesmo às melhores intenções de autor e revisor. Existem também dois alfabetos; recorri a transliterações de nomes e palavras ucranianas e russas de forma que creio ser familiar e abordável.

* Traduzidos para a forma portuguesa equivalente. [N. T.]

Primeira Parte

Alemão	Francês	Neerlandês
Elsass-Lothringen	Alsace-Lorraine ou Alsace-Moselle	
Diedenhofen	Thionville	
	Louvain	Leuven
Lüttich	Liège	Luik
Mainz	Mayence	
Mühlhausen	Mulhouse	
Saarbrücken	Sarrebrouck	
Strassburg	Strasbourg	

Segunda Parte

Alemão	Polaco	Lituano	Ídiche	Russo
Danzig	Gdańsk			
Goldap	Gołdap			
Hirschberg	Jelenia Góra			
Königsberg	Królewiec	Karaliaucius		Kaliningrado
Mohrungen	Morağ			
Nimmersatt		Nemirseta		
Posen	Poznań			
Swinemünde	Świnoujście			
Stettin	Szczecin			
	Wilno	Vilnius	Vilna	
Waldenburg	Wałbrzych			
Breslau	Wrocław			
Frankenstein	Ząbkowice Śląskie			

Terceira Parte

Alemão	Checo	Eslovaco	Sérvio	Romeno	Húngaro
Pressburg		Bratislava			Pozsony
		Čachtice			Csejthe
Eger	Cheb				
Komotau	Chomutov				
		Košice			Kassa
Karlsbad	Karlovy Vary				
Erzgebirge	Krušnohory				
Brüx	Most				
Grosswardein				Oradea	Nagyvárad
Odenburg					Sopron
			Subotica		Szabadka
				Timișoara	Temesvar
Aussig	Ústí nad Labem				

Quarta Parte

Alemão	Polaco	Ucraniano	Romeno	Húngaro
Czernowitz		Chernivtsi	Cernăuți	
		Khust		Huszt
Lemberg	Lwów	L'viv		
			Sighetu Marmatiei	Maramaros Sziget
		Uzhhorod		Ungvár
	Żółkiew	Zhovkva		



PRIMEIRA PARTE

Ocidente

Onde o posto fronteiriço costumava ficar

(Irlanda/Reino Unido)

A fronteira terrestre do Reino Unido na Irlanda tem um certo ar sombrio em grande parte da sua extensão. As fronteiras internacionais atravessam muitas vezes colinas, ao longo de rios solitários ou atravessando charnecas vazias, e a paisagem fronteiriça na Irlanda tem todas estas características desoladas. As fronteiras são espaços negligenciados, desvalorizados pelos governos de ambos os lados da linha imaginária; não são sequer tão amadas como a cidade fronteiriça, essa interzona estranha, mas muitas vezes lucrativa, onde povos e culturas se encontram. Se as paisagens da fronteira irlandesa podem ser reminiscentes de outras zonas fronteiriças na Europa, a história desta linha sinuosa está numa categoria própria. Durante os «Troubles», entre 1969 e 1998, a fronteira era uma cicatriz séptica onde a violência e o medo escorriam das sebes.

A história trágica da fronteira irlandesa está inextricavelmente ligada à sua dimensão absurda. Por exemplo, se estamos na vila irlandesa de Monaghan e queremos ir de carro até Cavan, a vila seguinte do condado para sul e oeste, acontece uma coisa estranha na estrada N54, logo à saída da vila de Clones*. A tinta no asfalto passa a ser branca, os sinais começam a afixar milhas por hora e estamos subitamente na A3. Não por muito tempo: nesta curta extensão de estrada, o motorista atravessa uma fronteira internacional quatro vezes no espaço de quatro milhas (6 ou 7 km), acabando de novo a sul da

* Clones pronuncia-se Clow-Ness, não como o plural de «clone».

fronteira no fim da estrada. Mas atribuir um ponto cardeal à fronteira neste local é enganador, porque ela serpenteia loucamente ao redor do que os geógrafos chamam «Drummully Polyp» — como a Irlanda tem nomes de localidades em demasia, também é conhecido por «Ilha de Coleman» e «Connons». É uma espiral do condado de Monaghan que se intromete no condado de Fermanagh, ligado ao resto do condado apenas num par de jardas do rio Finn. A sua forma é tão irregular que também cria um exclave *de facto* de Fermanagh que apenas é acessível a partir de Monaghan. O Polyp é uma de muitas anomalias que existem ao longo de uma linha fronteira criada à pressa na década de 1920 e desde então permanentemente lamentada.

A fronteira irlandesa estende-se de Carlingford Lough, a sudeste, a Lough Foyle, a noroeste. Tem cerca de 500 quilómetros de comprimento, com a imprecisão do número a refletir a natureza fractal, irracional, da linha fronteira que, tal como uma linha costeira, tem tanto mais arestas pontiagudas e cantos bizarros quanto mais atenção se presta aos pormenores. Grande parte da província que ela atravessa é, tal como as cercanias do Polyp, terra arável, o que significa que existe uma densa rede de caminhos, travessias e trilhos, e campos que cruzam a fronteira. Quando os governos irlandês e norte-irlandês começaram a mapear o número de cruzamentos em 2018, concordaram num total de 208, que é superior ao número total de cruzamentos entre a União Europeia e os seus vizinhos a leste (137)¹. Podem bem existir mais; o escritor e cartógrafo Garrett Carr, que percorreu a fronteira a pé em 2016, encontrou 71 cruzamentos informais que não constavam de nenhum mapa. A fronteira irlandesa é uma fratura esverdeada e desordenada em vez de um corte limpo.

A fronteira irlandesa não tinha raízes históricas profundas, nem refletia os desejos da população a um nível local granular, e também não foi desenhada com a economia, os transportes ou a hidrologia em mente. Este abandono desalinhou a Irlanda das fronteiras que estavam na mesma altura a ser traçadas na Europa continental, onde os especialistas presentes na Conferência de Paz de Paris prestaram atenção aos pormenores sobre as fronteiras corretas das pequenas nações, ao que era necessário para elas funcionarem economicamente, e à proteção das minorias de cada lado da fronteira.

O Ato de União de 1800 aboliu o Parlamento irlandês e incorporou a Irlanda no Reino Unido, com cem deputados na Câmara dos Comuns. Em teoria, fazia parte do território metropolitano, mas isso, tal como o estatuto semelhante da Argélia na França ou de Posen (Wielkopolska) na Alemanha, foi esquecido pelos governos quando era conveniente tratá-la de modo diferente; o sofrimento da Irlanda na fome dos anos 1840 é caso único na moderna história demográfica da Europa. A maioria da população ressentiu-se amargamente do padrão de propriedade da terra, por resultar de expropriações no passado.

A Irlanda era maioritariamente católica, mas com uma minoria protestante de cerca de 23 por cento (em 1881) que abrangia várias linhas diferentes, desde «plantadores» que tinham colonizado a terra desde os tempos da dinastia Tudor aos profissionais de Dublin, passando pela classe operária industrial ao redor da cidade de Belfast. A nacionalidade na Irlanda não estava diretamente relacionada com a religião — por exemplo, Wolfe Tone, que liderou os Irlandeses Unidos em 1798, era protestante — mas questões de terra, religião e nação andavam de mãos dadas durante o século XIX. À medida que os direitos de voto cresceram no Reino Unido, as exigências da maioria irlandesa refletiram-se no crescimento do partido Home Rule, pró-devolução ao governo local depois de 1874, na agitação política e social no território e, em 1885–1886, na conversão de Gladstone, o líder liberal britânico, à causa do Home Rule. Nesta fase, a oposição ao Home Rule baseava-se em argumentos pró-Irlanda como um todo, mas pela terceira tentativa de governo local, em 1912–1914, os contra-argumentos giravam cada vez mais à volta dos interesses da maioria unionista protestante local no nordeste da Irlanda, ao redor de Belfast. O conflito do «Ulster» — ao redor de linhas nacionais e dos interesses diferentes de áreas industriais e agrícolas — antecipou outras disputas nacionais na Europa pós-1918, particularmente, os combates fronteiriços germano-polacos na Alta Silésia.

Após a ideia de dividir a Irlanda ganhar raízes em 1914, uma das questões inevitáveis era onde traçar a fronteira entre as duas entidades. A Irlanda tinha quatro províncias históricas, a mais a norte sendo o Ulster, que consistia em nove condados. Porém, existia uma maioria

unionista limitada no Ulster como um todo e, assim, embora fosse a maior entidade compatível com uma maioria a favor da ligação à Grã-Bretanha, uma tal maioria seria vulnerável às tendências demográficas. Três dos condados — Monaghan, Cavan e Donegal — tinham grandes maiorias nacionalistas e os unionistas do Norte estavam dispostos desde 1914 a mantê-los de fora da sua entidade política, no interesse de terem uma maioria de 65/35 em vez de uma de 55/45. Os condados de Fermanagh e Tyrone, e a cidade de Londonderry, tinham pequenas maiorias nacionalistas, mas foram reivindicados na mesma pelos unionistas do Norte. Curiosamente, muitos dos protestantes de Fermanagh tinham as suas origens nos «Saqueadores da Fronteira», que tinham vivido na fronteira entre a Inglaterra e a Escócia, mas não juravam lealdade a nenhuma das nações. Os Saqueadores foram receados pelo seu banditismo e pela sua violência, até à União das Coroas de Inglaterra e da Escócia em 1603 e à sua pacificação e realojamento no Ulster ocidental².

Numa tentativa falhada de resolver o problema na antiga base do «Governo Local», o Ato do Governo da Irlanda de 1920 do governo britânico estipulava parlamentos distintos para a Irlanda do Norte e para a Irlanda do Sul no Império Britânico. A entidade de seis condados da Irlanda do Norte gerou uma maioria unionista nas suas primeiras eleições em maio de 1921, e rapidamente tomou o poder político e policial na prática, ao passo que a Irlanda do Sul nunca funcionou — todos os deputados eleitos na sua primeira eleição em maio de 1921, com a exceção de quatro, consideravam fazer parte de um Dáil (Câmara Baixa do Parlamento) irlandês independente. A fronteira ganhou existência como uma linha, sujeita a revisão posterior, entre duas entidades estabelecidas pelo governo do Reino Unido, uma das quais era uma ficção legal*. Não era evidente em 1914, nem em 1920–1921, que viria a ser uma fronteira internacional permanente. A Irlanda do Norte seria supostamente excluída apenas temporariamente

* Ao abrigo do Tratado Anglo-Irlandês de 1921, toda a Irlanda seria o Estado Livre, e ao parlamento existente da Irlanda do Norte era dado o direito de escolher ficar de fora do território de seis condados, o que, tal como era universalmente esperado, optou por fazer 24 horas após a transferência do poder legal do Reino Unido para o Governo Provisório da Irlanda.

do Governo Local, e o Governo Local não significava que a Irlanda abandonasse o Reino Unido. A solução de 1922, com a Irlanda do Norte a obter o Governo Local no interior do Reino Unido e o Estado Livre a tornar-se *de facto* independente, era muito mais radical do que tinha sido considerado em 1914.

Viver com uma fronteira má era assim suposto ser um estado temporário das coisas, mesmo quando o Tratado Anglo-Irlandês foi assinado em dezembro de 1921. Incluía uma revisão da fronteira ao abrigo de uma Comissão Fronteiriça que representava o Estado Livre e a Irlanda do Norte, com um presidente neutro. O governo britânico tinha enviado o que podia, com muita generosidade, ser chamado «sinais mistos» — o Estado Livre esperava mudanças significativas, tais como a transferência de Fermanagh e Tyrone, enquanto era dito aos unionistas que seriam necessários ajustamentos para reatribuir algumas aldeias e limar as anomalias, designado como «retificação» na Europa continental ao abrigo dos tratados de Paris.

Os unionistas do Norte já tinham perdido o interesse na revisão de fronteiras e recusaram-se a nomear um comissário (o governo britânico impôs um em 1924), e o presidente, Richard Feetham, um juiz sul-africano, provou simpatizar com a ideia unionista do que a comissão devia fazer. O Estado Livre dedicou grande esforço a organizar a sua representação na comissão, mas o resultado proposto foi seriamente dececionante. Não apenas recomendava apenas pequenas retificações — a maior das quais transferir Crossmaglen e os seus arredores para o sul — mas também sugeria a cedência de alguma terra do Estado Livre ao Norte. Para quem estava no Estado Livre, a ideia de ceder qualquer solo irlandês «libertado» aos britânicos era anátema, e a revisão da fronteira não resolveria o problema central, que era a divisão em si — talvez, consideraram, a futura unidade fosse mais fácil de alcançar se o Norte fosse mais do que um pequeno enclave protestante no Nordeste. Os governos irlandês e britânico acordaram em suprimir a comissão e o seu relatório, e em troca o Estado Livre já não assumiria parte da dívida do governo do Reino Unido. Ambos os lados viraram costas à fronteira, e seguiram os seus caminhos separados.

Uma característica invulgar da fronteira irlandesa foi o impacto limitado que teve na migração. Na Europa continental houve grandes

movimentos populacionais para fora das zonas que mudaram de mãos após a Primeira Guerra Mundial, mesmo na ausência de limpezas étnicas violentas do tipo que já estava a decorrer no sudeste da Europa havia um século enquanto o Império Otomano se desmoronava. Mais de meio milhão de alemães abandonaram a Pomerânia e a região de Posen em 1919–1921; em 1926, 85 por cento da população urbana alemã e 55 por cento da rural tinha partido³. As populações húngaras tinham mais tendência a ficar onde estavam, mas a demografia da Eslováquia, por exemplo, mudava um pouco todos os anos, especialmente nas cidades. Era mais fácil aos profissionais e empresários fazerem as malas e «regressarem» ao interior das novas fronteiras do seu país do que aos agricultores, que estavam amarrados à terra. As populações rurais tinham a opção de resistirem como uma minoria no novo país ou de aceitarem as miseráveis compensações disponibilizadas e partir para começar uma vida nova (algo que não foi ajudado pelo encerramento da fronteira dos Estados Unidos da América).

Na Irlanda, muito poucos católicos abandonaram o Norte por razões nacionalistas, enquanto a população protestante no Sul diminuiu efetivamente. Os grandes latifundiários, cujas vidas eram de qualquer maneira passadas parcialmente em Londres e parcialmente na sua propriedade irlandesa, podiam prescindir ou liquidar propriedades que eram cada vez mais improdutivas. Os profissionais podiam mudar-se, mas um número significativo de gente ao redor de Dublin decidiu não o fazer, e fez as suas pazes com o inevitável estatuto de minoria numa era de democracia e nacionalismo. Vivendo numa sociedade predominantemente católica, houve uma assimilação gradual pelo casamento. Exceto na fronteira e ao redor de Dublin, a minoria protestante era muito pequena, mesmo em 1911; um tipo de população de 5 a 10 por cento que mesmo os polacos mais ambiciosos se absteriam de reivindicar se estivessem na Ucrânia do início dos anos 1920. Comunidades agrícolas mais pequenas, ao longo da fronteira, ficaram nas suas terras; o Estado Livre não era um mau sítio para se ser agricultor. O desaparecimento da população protestante no Sul levou recentemente à autocrítica na Irlanda, por não ter conseguido recebê-los mais confortavelmente; mas, no contexto do que aconteceu a minorias semelhantes na Europa continental, a experiência da Irlanda é branda.

A fronteira e a Casa Grande

As zonas fronteiriças da Europa estavam repletas de ascendências em crepúsculo na viragem do século xx. O poder que provinha da terra estava a desvanecer-se, à medida que a industrialização criava nas cidades trabalhos novos e mais bem pagos — mesmo que perigosos — e liberdade pessoal. A Grã-Bretanha imaginou que era diferente (tal como faz sempre), mas não era. Os senhorios anglo-irlandeses, a aristocracia terratenente dos Junker alemães, os aristocratas austríacos da Boémia, os nobres Szlachta das terras polacas a leste e os desdenhosos lordes húngaros da Eslováquia e da Transilvânia estavam também todos à beira do seu ajuste de contas, porque o seu governo era incompatível com as tendências demográficas e as ideologias crescentes de nacionalismo e democracia do século xix. O governo britânico tinha começado a comprar as terras dos senhorios em 1879 e, depois de 1903, a sua era estava claramente a chegar ao fim; o governo alemão ainda estava a tentar promover um acordo em Posen em 1908.

A consequência destas relações sociais e nacionais pode ser vista na paisagem dos países que garantiram a independência nos anos à volta de 1918. Na Irlanda e na Polónia, por exemplo, as pessoas têm memórias de infância de brincar nas ruínas de mansões senhoriais destruídas em traumas que afetaram gente há muito morta. A memória da «Casa Grande» é ambivalente; para as gerações que viveram à sua sombra, foram locais associados à desigualdade extrema, mas também ao emprego. Algumas tornaram-se símbolos políticos de opressão e decadência, tal como escreveu o historiador irlandês Vincent Comerford acerca do castelo de Mitchelstown no condado de Cork⁴. O simbolismo de Mitchelstown para a aristocracia foi cristalizado em agosto de 1914, quando aí teve lugar uma última festa no jardim, conscientemente o fim de uma era, no dia em que a guerra foi declarada. É uma cena que ecoa no final da primeira temporada da série televisiva de Julian Fellowes, *Downton Abbey*.

Um punhado de residentes em Casas Grandes aproveitaram a revolução. Constance Gore-Booth, da Lissadell House no condado de Sligo, frequentava um círculo artístico na Paris dos anos 1890, onde conheceu Casimir Markievicz, que vinha de uma família aristocrática

polaca menor do leste do *oblast* (província) de Vinnytsia, no que é hoje a Ucrânia. Casaram-se em 1900 e mudaram-se para Dublin em 1903, embora Casimir tenha regressado a Varsóvia em 1913. Constance abraçou o chique radical do momento, aconselhando as jovens a «vestirem-se apropriadamente com saias curtas e botas sólidas, deixarem as joias no banco e comprarem um revólver»⁵. Combateu na Revolta da Páscoa em 1916* e foi eleita deputada parlamentar por Dublin St. Patrick's em dezembro de 1918 — a primeira mulher eleita para a Câmara dos Comuns britânica, mas que, enquanto representante do Sinn Féin, assumiu o seu assento no Primeiro Dáil da Irlanda.

A Casa Grande carbonizada e as ruínas no final do caminho de entrada foram um fenómeno da Irlanda como zona fronteiriça em sentido alargado, na qual o poder da minoria terratenente estava a desaparecer, em vez da fronteira literal que apareceu em 1920–1922. Sobreviveram mais Casas Grandes na fronteira e no Ulster do que nos seus equivalentes a sul; os proprietários tinham maior probabilidade de poder recorrer a gente com experiência nas paramilitares Forças de Voluntários do Ulster ou no Exército britânico para defenderem a mansão. O uso de casas do Sul como bases dos Black and Tans, o equivalente britânico indisciplinado do Freikorps alemão que travou as guerras fronteiriças da Silésia e do Báltico no mesmo período, atraiu o fogo posto dos Republicanos. A Guerra Civil de 1922–1923 levou a uma nova ronda de incêndios para manter as mansões fora das mãos das forças rivais. Quando os incêndios terminaram em 1923, mais de trezentas casas ao todo tinham sido destruídas.

Muitos dos ataques eram mais agrários do que políticos, parte de uma revolução social alargada. Existiram, ocasionalmente, gestos de respeito; uma mansão poupada porque os seus ocupantes tinham comprado a terra honestamente em vez de serem plantadores, ou onde a família tinha sido generosa com o alívio à fome em 1846 ou era conhecida por serem bons patrões. Houve mais contenção na revolução irlandesa do que em muitos dos seus equivalentes continentais.

* Breve insurreição armada das forças republicanas irlandesas contra o governo britânico em Dublin, que terminou com a derrota dos republicanos e a execução dos seus líderes. [N. T.]

A Casa Grande redundante podia ter escapado às chamas mas sucumbia habitualmente às forças da economia e da história. Quando as cercanias ao redor das casas foram compradas depois da independência irlandesa, a casa em si foi muitas vezes avaliada como sendo de muito pouco valor e habitualmente demolida. Sobreviveram um pouco mais de tempo a norte da fronteira, mas também aí a economia inexorável da terra, do imposto sobre a sucessão e da manutenção cobrou o seu preço. O acordo de 1925 sobre a fronteira passou os custos da restituição dos danos de guerra, incluindo Casas Grandes, para o governo do Estado Livre. O pagamento era habitualmente apenas parcial, e seria provavelmente mais generoso se fosse usado para reconstruir a casa, embora muitos ex-senhórios tenham aceitado *pennies* por cada libra e abandonado os locais, tal como fizeram os seus homólogos na Polónia e na Ucrânia.

O endurecimento da fronteira 1922–1969

Os pontos que cosiam o Estado Livre (que obteve formalmente o título de República em 1949) à Irlanda do Norte desfizeram-se ao longo das décadas seguintes. Os líderes das duas entidades, Michael Collins e James Craig, concluíram um pacto de não-agressão em março de 1922 com a independência a acenar. A fronteira tornou-se uma fronteira alfandegária a 1 de abril de 1923. Os últimos vestígios da ligação constitucional foram definitivamente eliminados em 1949. Contudo, manteve-se ativo um acordo liberal informal para os viajantes individuais. A Área Comum de Viagem (CTA — Common Travel Area) permitia aos cidadãos britânicos e irlandeses (e aos das Ilhas do Canal e da Ilha de Man) viver e trabalhar no outro país. O parlamento britânico afirmou que os cidadãos irlandeses não eram categorizados como estrangeiros na Grã-Bretanha, embora apesar da tolerância legal existissem vastos preconceitos («proibidos cães, negros e irlandeses») — outra característica comum entre a Irlanda e outras nacionalidades recém-libertadas como os polacos. A cidadania irlandesa estava aberta a todos aqueles nascidos na ilha. A CTA foi suspensa em 1939–1945, mas manteve-se continuamente ativa desde os anos 1920, uma precursora

das áreas de liberdade de movimento do Benelux e de Schengen. Foi uma obra de improvisação e omissão, em parte porque o desligamento constitucional teve vários momentos, em parte porque as economias e mercados laborais dos países ainda estavam profundamente ligados, para não referir as famílias; e em parte porque era quase impossível impedir que as pessoas atravessassem a fronteira da Irlanda do Norte.

Na maior parte da sua extensão, a fronteira irlandesa atravessa campo aberto, e existiam muitas pequenas ligações entre ambos os lados que ameaçavam tornar a fronteira alfandegária inaplicável. Os governos acordaram um sistema segundo o qual existiam três tipos de cruzamentos. O mais simples eram as Estradas Aprovadas, onde existiam postos alfandegários irlandeses e do Reino Unido ao longo das estradas principais que ligavam norte e sul. Os inumeráveis caminhos e trilhos não estavam «aprovados» e não tinham postos alfandegários. A princípio, era proibido atravessá-los em veículos a motor, e recorrer a rotas não aprovadas era uma coisa muito local — agricultores cuja terra atravessava a fronteira, veterinários, médicos, um ou outro padre iam para a frente e para trás. O outro tipo de cruzamento era a Estrada Concessionada, para quando a fronteira serpenteava ao redor da estrada e as viagens entre localidades do mesmo condado (de Cavan a Clones, ou de Monaghan a Dundalk) implicavam passar pela esquina do outro lado. As pessoas comuns tinham autorização de as atravessar sem parar, e os veículos comerciais podiam transportar através delas compartimentos selados.

Esta fronteira permeável, atravessando terras agrícolas pobres onde as pessoas de ambos os lados se conheciam bem e desconfiavam das autoridades, era um viveiro de contrabando. Todas as fronteiras refletem um aspeto da natureza humana — o desejo de traçar um limite ao redor da nossa tribo — mas são frustradas por outro — o desejo dos vizinhos fronteiriços de viver as suas vidas e enriquecer um bocadinho enquanto passam a perna a quem está no poder. As mercadorias eram no geral mais baratas no Norte, e a maior parte daqueles que eram crianças na altura lembram-se de partilhar o carro com compras contrabandeadas, ou de se sentarem nas almofadas desmontadas de um novo sofá enquanto os pais conduziam pelo posto de controlo alfandegário. Onde existiam anomalias, como uma quinta cujos campos cruzavam a linha, valia tudo. Existem baladas rurais sobre

porcos que atravessavam a fronteira várias vezes ao dia para ir buscar subsídios agrícolas a norte e sul, e histórias menos pitorescas dos campos de South Armagh onde Thomas «Slab» Murphy tinha uma bomba de gasolina com acesso de ambos os lados e podia arbitrar a diferença entre os impostos*. A fraude de Murphy — possibilitada pela fronteira — foi uma fonte importante de financiamento para o IRA, cujo objetivo era aboli-la.

A rede ferroviária da Irlanda fora construída sem levar em conta as fronteiras dos condados, e foi por isso dividida arbitrariamente pela partição — nos tratados de Paris sobre as fronteiras da Europa continental, as infraestruturas ferroviárias levaram a vários ajustes às fronteiras tradicionais, mas esses não se aplicavam à Irlanda. Para muitas linhas fronteiriças de países, bastava a um governo — a norte ou a sul — decidir que o trajeto não era económico para tornar o seu encerramento inevitável. De uma rede densa, existe hoje apenas uma única linha ferroviária através da fronteira (a linha de Dublin a Belfast atravessa perto de Newry) e uma outra linha que se aproxima sequer da fronteira (de Belfast a Derry/Londonderry).

O IRA concentrou-se na fronteira na sua campanha armada de 1956–1962, esperando criar zonas diferentes sob o seu controlo efetivo nas partes de maioria nacionalista dos condados fronteiriços a norte. A sua campanha não era grandemente apoiada pelos nacionalistas nortenhos, e a polícia da Irlanda do Norte e as forças de segurança irlandesas esmagaram-na detendo os suspeitos de pertencerem ao IRA. O governo da Irlanda do Norte também combateu a campanha fechando estradas fronteiriças mais pequenas para impedir que os homens do IRA se movessem entre jurisdições, o que perturbou a vida local ao longo da fronteira até a última estrada «batizada» ser reaberta em 1963.

A fronteira entre o Reino Unido e a Irlanda amaciou um pouco para efeitos comerciais em 1965, com um novo tratado comercial e, de novo, em 1973, quando ambos os países se juntaram à Comunidade Económica Europeia. Se o comércio se tornou mais fácil, outros tipos de travessia tornaram-se mais difíceis com o conflito que teve início

* Murphy cumpriu pena de prisão na Irlanda, entre 2016 e 2018, por fuga aos impostos.

em 1969. O direito legal de atravessar manteve-se ativo para os cidadãos britânicos e irlandeses, mas na prática a fronteira ficou mais apertada.

Atravessar a fronteira em estradas aprovadas implicava agora um posto de controlo do Exército britânico onde as pessoas podiam ser interrogadas e os seus veículos revistados. A fronteira estava longe de ser o único sítio onde existiam postos de controlo; havia-os em estradas urbanas e de província por toda a Irlanda do Norte. Os controlos alfandegários podiam por vezes ser tratados como uma anedota, mas os postos de controlo eram sérios e desagradáveis. Quem queria atravessar a fronteira — maioritariamente nacionalistas — não queria ali o exército, ressentia-se da intromissão e receava os soldados. Ser parado junto à fronteira por homens armados era sempre assustador; em 1975, terroristas lealistas usaram este método para matar os músicos da Miami Showband, em 1976, o IRA matou operários protestantes numa atrocidade sectária em Kingsmill no condado de Armagh. Qualquer pessoa podia ser a próxima vítima. Os soldados britânicos estavam entregues ao aborrecimento e ao medo — medo de que os passageiros do carro seguinte os quisessem matar, ou medo de não darem por uma bomba do IRA a ser levada para um sítio onde pudesse matar civis. Em South Armagh, os soldados viajavam apenas de helicóptero a partir da sua fortaleza isolada em Bessbrook. Ao longo de toda a fronteira, as esquadras de polícia do RUC (Royal Ulster Constabulary, a polícia da Irlanda do Norte) eram complexos blindados, atacados regularmente — até na pitoresca pequena aldeia fronteiriça de Belleek, a esquadra ficava por detrás de maciços portões de metal e paredes altas, e foi alvo de morteiros de dissidentes republicanos em 1998.

A partir do verão de 1970, a política do Exército britânico quanto a estradas não aprovadas através da fronteira foi fechá-las onde fosse possível. A arma de engenharia seguiu as mesmas técnicas dos seus predecessores policiais em finais dos anos 1950, polvilhando espigões nas estradas secundárias e instalando blocos de betão, ou fazendo-as explodir em crateras. Nesta campanha lateral, o exército teve sobretudo de se haver com agricultores da província fronteiriça, mais do que com o IRA; as armas usadas pelo outro lado eram escavadoras mecânicas para tapar os buracos e camiões com grua para tirar os blocos de betão. Margaret Thatcher chegou a pensar numa revisão da fronteira para

reduzir a sua extensão e torná-la mais fácil de controlar, mas foi dissuadida de o fazer.

O acordo de paz de 1998 foi seguido rapidamente pelo desmantelamento das infraestruturas de segurança da fronteira (os postos alfandegários já tinham desaparecido no último dia de 1992, com a chegada do Mercado Único Europeu). O apagamento foi rápido e total; existem menos traços da sua existência do que em qualquer fronteira do espaço Schengen no continente da Europa. Bessbrook foi abandonada, à imagem de muitas das esquadras fortificadas. A de Belleek está deserta, num caminho lateral que atravessa a fronteira um pouco mais à frente — um aviso supérfluo nos arbustos junto à fronteira recorda ao visitante que guia pela esquerda quando estiver na Irlanda, conselho dado em inglês, francês e alemão.

Os caminhos junto à fronteira na Irlanda ainda são locais solitários, particularmente a norte. Vinte e cinco anos de paz não dissiparam ainda completamente o aspeto vulnerável, sinistro, da região fronteiriça. Acabei por reconhecer o estilo defensivo de construção das casas isoladas. Costuma haver um muro ou uma cerca robusta ao redor do terreno, e um portão junto à entrada. Os jardins são básicos, sem darem cobertura a intrusos. Costuma haver um letreiro «cuidado com o cão», e muitas vezes latidos altos e resmungões do lobo da Alsácia ou do lebre irlandês residente quando passamos. Durante os «Troubles», estas casas e quintas eram locais assustadores quando a noite caía. Arlene Foster, ex-primeira-ministra da Irlanda do Norte, cresceu num destes sítios, em Dernawilt, na zona fronteiriça de Fermanagh. Em 1979, quando tinha 8 anos, o IRA alvejou o seu pai, John Kelly, quando este saiu de casa à noite para ir dar de comer aos animais da quinta. Kelly sobreviveu ao ataque mas a família teve de se mudar para longe.

Os escritores Colm Tóibín e Garrett Carr, que percorreram a fronteira a pé em 1986 e 2016, respetivamente, sentiram que os raias eram gente cautelosa e calada. Quando passei algum tempo em Fermanagh, em 2017, a minha experiência foi um pouco diferente, e apreciei a companhia dos frequentadores do *pub* onde fiquei em Belleek; talvez as minhas expectativas fossem diferentes, sendo um inglês do sul. Porém, muitas histórias de violência ao longo da fronteira começam por conversas de bar, ou pela traição próxima de um vizinho,

pelo que não é surpreendente que as pessoas ainda tenham receio de revelar demasiado de si mesmas.

A vida e morte do político irlandês Billy Fox (1939–1974)⁶ exemplificam os paradoxos universais da zona fronteiriça. Fox foi o único parlamentar da República da Irlanda a ser morto nos «Troubles» de 1969–1998. Era protestante, um agricultor do condado de Monaghan cuja família tinha ficado na sua terra depois da independência e que se identificava como patriota irlandês; foi eleito TD* por Monaghan pelo Fine Gael democrata-cristão em 1969, perdeu por pouco o seu assento em 1973 e depois tornou-se senador. Era um político de «mãos na massa» com uma atitude despreocupada segundo o seu amigo, o futuro Taoiseach (primeiro-ministro) (1994–1997) John Bruton: Fox colaborava pessoalmente a tapar crateras e reabrir estradas fronteiriças⁷. Enquanto político da região fronteiriça, condenava vocalmente as ações do Exército britânico, tais como fechar estradas e usar balas de borracha e gás lacrimogéneo. Foi suspenso uma vez da câmara do Dáil em 1973 por brandir exemplos destas armas, que disse terem acabado do lado errado da fronteira. Era criticado por alguns dos seus rivais como Republicano, mas por outros como «B Special» (uma referência aos polícias de reserva tristemente sectários da Irlanda do Norte).

A noiva de Fox, Marjorie Coulson, era natural de muito perto da fronteira, de um vilarejo chamado Tircooney à saída da N54, a nordeste de Clones. Ele costumava visitá-la às segundas à noite, quando ela chegava a casa do seu trabalho que a levava a atravessar a fronteira como enfermeira-chefe num hospital em Belfast. Mas quando Fox chegou a 11 de março de 1974 estava a ter lugar uma rusga do IRA e foi morto a tiro depois de ser parado a caminho da casa dos Coulson. Tinham, aparentemente, dito ao IRA que os Coulson tinham estado a armazenar armas para os paramilitares lealistas, mas esta informação — possivelmente fornecida pelos vizinhos dos Coulson — era falsa. Pode ter sido inventada depois do sucedido para justificar a violência sectária. O IRA ordenou subsequentemente que os Coulson saíssem de casa e incendiou-a⁸, um gesto que identificava a sua moradia modesta com as Casas Grandes que tinham sido queimadas nos anos 1920.

* «Teachta Dála», expressão gaélica para «deputado ao parlamento». [N. T.]

O assassinio de Fox teve um impacto traumático na Irlanda; a sua campanha eleitoral para o Senado levava-o a conhecer gente por todo o país. John Bruton disse ao jornalista Aaron McElroy, quarenta anos mais tarde, que «a morte do Billy Fox ficou marcada na minha cabeça e no meu coração». As histórias fronteiriças são sempre complicadas; a linha no mapa nunca é limpa. Cinco homens do IRA sulista foram presos pelo assassinio de Fox, mas espalhou-se que tinha sido alguém do norte da fronteira a disparar o tiro fatal. Os assassinios particularmente vergonhosos nas zonas fronteiriças a norte eram, do mesmo modo, muitas vezes atribuídos a gente do sul. Diz-se que os assassinios de 1981 do antigo presidente da Assembleia da Irlanda do Norte Norman Stronge e do seu filho, James, e o incêndio da sua casa em Tynan Abbey no condado de Armagh, teriam sido obra de uma unidade do IRA de Monaghan. A destruição do centro da vila fronteiriça de Strabane no início dos anos 1970 era suposto ter sido obra de homens do IRA de Lifford, na outra margem do rio. Projetar o inaceitável para o outro lado da fronteira é uma maneira de amortecer o choque de compreender que, por vezes, o homem com a balaclava é o mesmo vizinho a quem se acena de manhã quando o vemos à luz do dia.

Stroke City

Quando cheguei à cidade junto ao rio Foyle no noroeste da Irlanda, entrei numa papelaria e comprei um mapa das ruas. É uma oportunidade para o humor local que está a desaparecer com a ubiquidade dos mapas eletrónicos, e que por isso é aproveitada sempre que possível. «Um mapa de Londonderry? Sabe que mais? Dou-lhe também um mapa de Derry à borla. Dois pelo preço de um, diga lá que não é uma pechincha!»

Derry é uma cidade de fronteira, tanto na sua geografia literal como na sua personalidade. Teve sempre um interior do outro lado da linha no condado de Donegal, com os *pubs* de aldeia a serem abastecidos pelos seus grossistas de uísque (uma causa de queixas sobre a nova fronteira nos anos 1920) e as pessoas a virem fazer as compras importantes às lojas da cidade. A política de Derry está ainda hoje dividida entre o Sinn Féin e os nacionalistas constitucionais do SDLP (Partido Social



A fronteira oficiosa em Derry/Londonderry, agosto de 2016.

Democrata e Trabalhista), e um punhado de facções mais pequenas. O seu povo é irlandês, de um modo diferente e mais descontraído do que as pessoas de Falls Road na zona ocidental de Belfast. O vento sopra o ar do Atlântico ao redor das antigas muralhas da cidade, e estamos numa Irlanda sem prefixos antes de atravessarmos a fronteira em si.

Londonderry, contudo, tem um papel heroico na iconografia do unionismo do Ulster. O acrescento ao seu nome reflete o papel das Guildas da Cidade de Londres na promoção do assentamento no Ulster, e a história dos seus Rapazes Aprendizizes e da sua resistência ao cerco de 1689 é recordada todos os anos. A importância simbólica de que o unionismo se investe em Londonderry, apesar de a população ser em grande parte nacionalista, assemelha-se ao nacionalismo nostálgico que se ouve a propósito de cidades perdidas noutros sítios. As cidades-gêmeas secretas de Londonderry são a polaca Wilno, a finlandesa Viipuri e a alemã Königsberg. Londonderry, pelo menos, ainda está no país em que os seus admiradores querem que ela esteja, e o seu povo evitou as expulsões sumárias que significam que as outras cidades apenas existem nas memórias de uma geração que partiu.

Porém, Derry/Londonderry são três cidades sobrepostas umas às outras, não duas. A terceira cidade é a linha ao meio, «Stroke City» na designação popularizada pelo radialista local Gerry Anderson (1944–2014). Stroke City, «a cidade do traço», começou por ser uma referência irónica à sua personalidade dividida e uma maneira de um locutor de rádio evitar ter de usar constantemente ambos os nomes contestados. Mas desde o Acordo de Belfast em 1998 que Stroke City, enquanto criação deliberada de uma comunidade fronteiriça, partilhada, começou também a existir no terreno. A Ponte da Paz tem um único nome; abriu em 2011 na antiga base britânica de Ebrington como cruzamento entre o lado urbano maioritariamente católico e o lado ribeirinho maioritariamente protestante, com a sua envergadura suspensa leve e curvada a simbolizar reconciliação e unidade. A União Europeia contribuiu com 14,6 milhões de libras enquanto parte do seu fundo PEACE-III Shared Space Initiative; os projetos ao longo da fronteira irlandesa têm sido sempre tratados com generosidade. A cidade foi a primeira Cidade da Cultura do Reino Unido em 2013, no mesmo ano em que David Cameron recebeu a cimeira dos G8 na pacatez de Fermanagh, para delícia de muitos dos funcionários em viagem que descobriram esta bela província verde e as possibilidades de pesca de Lough Erne. Finalmente, tudo parecia ter acalmado.

Os ex-primeiro-ministros John Major e Tony Blair, os arquitetos do lado britânico do acordo de paz, vieram a Stroke City mesmo antes do referendo do Brexit, em junho de 2016, para sublinharem como a União Europeia tinha sido importante para a paz e a reconciliação. Derry, e parte de Londonderry, estava a ouvir — o eleitorado da cidade (cujo círculo eleitoral é diplomaticamente designado por Foyle) votou 78 por cento para ficar na UE, número excedido apenas por partes do centro de Londres e pelo outro território fronteiriço do Reino Unido, Gibraltar.

Desde o referendo, paira uma nuvem sobre Stroke City. Pode a sua ambiguidade cuidadosamente construída sobreviver? A história recente de Derry é abordada na popular série de comédia *Derry Girls* (2018), passada em 1993–1998, dias de medo e esperança, à medida que o processo de paz avançava e vacilava até ao seu eventual triunfo. Tal como todos os dramas de época, *Derry Girls* tem prazeres nostálgicos,

mas é uma obra subtil com um aviso implícito — queremos *realmente* regressar a estes tempos? Há tendências negras em Derry; a cidade é um centro de republicanismo dissidente e foi aqui que a jornalista Lyra McKee foi assassinada durante desordens em abril de 2019. Londonderry tem, também, os seus problemas de alienação, pobreza e apatia entre os jovens protestantes de classe operária. Tal como na década de 1920, a ameaça de uma fronteira rígida sente-se com particular força na cidade do Foyle, independentemente da comunidade.

A fronteira irlandesa tornou-se uma fronteira entre duas Uniões ocasionalmente divididas e instáveis. A União Europeia era um pequeno mecanismo escondido nos acordos complexos que faziam a fronteira invisível funcionar na Irlanda do mesmo modo que no continente europeu. Para dar um exemplo, aboliu finalmente os custos de *roaming* de dados móveis e chamadas de telemóvel em junho de 2017, depois de uma década passada a baixar esses custos. Para quem vive no interior das fronteiras de um país, os custos de *roaming* podem não ter muito impacto. Porém, para os residentes nas fronteiras é uma questão muito mais séria. Mesmo que não se atravesse de facto a fronteira, os telefones ligam-se frequentemente à rede de uma antena do outro lado, sobretudo se — tal como na fronteira irlandesa e em muitas outras — a paisagem é acidentada e rural. O nosso telefone entra na Polónia enquanto ainda estamos fisicamente em Frankfurt an der Oder na Alemanha, o que é hoje uma simples curiosidade, mas também já fui passear nos bosques polacos e recebi as «boas-vindas» da Vodafone à Rússia, o que é potencialmente caro, bem como ameaçador. O Brexit implicou o ressurgimento dos custos de *roaming* na fronteira irlandesa, com todas as complicações e despesas daí resultantes.

Apesar dos esforços de John Major e Tony Blair, o referendo do Reino Unido sobre «o controlo das nossas fronteiras» teve lugar sem grande consideração pelo que aconteceria na verdadeira fronteira terrestre do país. Levantaram-se argumentos referentes à travessia das fronteiras por pessoas, mas veio a ver-se que as verdadeiras consequências tinham mais a ver com as mercadorias. Ao abrigo do CTA e do Acordo de Belfast, a fronteira teria de ficar aberta para as pessoas a atravessarem livremente, mas depois de 2016 existiria uma escolha

entre uma fronteira alfandegária na Irlanda, uma fronteira alfandegária no mar da Irlanda ou — e esta opção foi apressadamente descartada por Theresa May em 2016 — o Reino Unido manter-se-ia em conformidade com os acordos europeus. A própria fronteira criou uma *persona* no Twitter (@BorderIrish) durante os anos do Brexit de 2018–2020, fazendo comentários, num tom de voz irónico, para os seus cem mil seguidores. Por fim, Boris Johnson reconheceu que existiriam controlos entre a Irlanda do Norte e a Grã-Bretanha. Os gumes cortantes do trilema fronteiriço do Brexit podiam ser algo suavizados por instalações para comerciantes de confiança, inspeções longe da fronteira, etiquetagem e classificação de mercadorias, mas não havia como dar a volta ao problema essencial.

Existe um único produto ao qual a fronteira não parece colocar grande problema comercial — a humilde batata frita. As batatas fritas eram aborrecidas nos anos 1950, com sal e azeite a serem os principais sabores disponíveis. Um empreendedor de Dublin, Joe «Spud» Murphy (acreditem, o nome «Spud», «batata», é verdadeiro — eu teria inventado um nome menos estereotipado), teve a ideia feliz de produzir batatas fritas com sabores, e a produção da delícia salgada que é a batata frita Tayto começou na República em 1954. Murphy vendeu os direitos da marca Tayto para o Reino Unido a Thomas Hutchinson, um empresário da Irlanda do Norte, que instalou a produção num castelo (tal como disse, eu não teria conseguido inventar melhor), e a primeira Tayto do Norte foi empacotada em 1956. Cada uma tem uma mascote Mr. Tayto ligeiramente diferente no pacote. Talvez seja só eu, mas posso imaginar o do Sul como o cordial Joe Murphy e o do norte como a boa pessoa Tam Hutchinson.

Não existem muitas lealdades que unam toda a população da Irlanda do Norte, mas a Tayto nortenha é uma delas. Pode começar-se uma discussão norte-sul inteiramente não sectária a propósito de qual das Taytos é melhor. A identidade nortenha é apoiada pelas viagens de turma à fábrica no castelo de Tandragee no condado de Armagh. A existência de uma versão rival sulista, e a incompreensão na Grã-Bretanha sobre a importância da Tayto, tornam-na simbólica da província; é um fenómeno de toda a Irlanda, mas cuja diferença nortenha é reconhecida graças a um complexo acordo legal. O académico

Ciaran Martin estava a brincar quando sugeriu que devia haver uma estátua do Mr. Tayto do Norte à entrada do edifício do parlamento em Stormont, mas já houve ideias piores.

Não é suposto vender Taytos do outro lado da fronteira. É uma quebra do acordo de licenciamento entre as duas firmas, embora a preferência forte dos clientes pela sua própria versão da Tayto faça a maior parte do trabalho. Mas as pessoas viajam, e existem boatos de sítios nas regiões fronteiriças onde se conseguem arranjar as Tayto «erradas». Detestaria arranjar problemas a alguém dizendo mais do que isto.

A fronteira irlandesa ilustra várias verdades genéricas sobre as fronteiras europeias. A sua combinação de absurdo e tragédia encontra muitos ecos. Tal como o seu complexo impacto psicológico e social naqueles que vivem com ela e ao seu redor. A fronteira divide literalmente Fermanagh de Monaghan, mas é também uma característica que une os dois países, pois força-os a lidar com as suas desvantagens e anomalias.

Se uma fronteira é dura ou macia é o resultado das decisões das autoridades de ambos os lados. Uma vez uma fronteira traçada, por mais negligentemente que o tenha sido, defendê-la (ou, por vezes, ter a ambição de a mudar) torna-se um símbolo de soberania nacional. O paradoxo é que esta atitude faz com que gerir a fronteira seja muito mais difícil, tal como a Irlanda viveu nos anos 1920 e de forma diferente no período desde o «Brexit» do Reino Unido. Em muitos países por toda a Europa, os interesses dos povos fronteiriços na liberdade de circulação e de comércio opõem-se às prioridades dos governos nacionais. As fronteiras macias, tais como as fronteiras de circulação livre de Schengen na Europa continental e a complexa fronteira aberta pós-Brexit na Irlanda, reconciliam estas margens da soberania nacional com os pragmatismos da vida fronteiriça — trabalhar, ir às compras e socializar através destas linhas artificiais. Porém, a fronteira macia, fixa, contudo, permeável, é um projeto com mais ambições do que apenas facilitar a vida aos povos fronteiriços. Faz parte de uma filosofia de cooperação internacional desenvolvida ao longo de uma das violentas falhas geológicas da Europa, a fronteira do Reno entre a França e a Alemanha.

O PASSADO, PRESENTE E FUTURO DA EUROPA EM 29 FRONTEIRAS

As fronteiras internas da Europa raramente surgiram de forma natural. Na maioria dos casos, foram criadas acidentalmente ou por via da força. Neste livro, o historiador político Lewis Baston percorre a Europa, do oeste a leste, analisando como o mapa deste continente foi redesenhado ao longo dos últimos cem anos, com diferentes graus de sucesso.

Para viajar até ao centro da história europeia, o autor leva-nos até às suas margens, dando vida aos relatos fascinantes e bizarros destas raias. Visitamos Baarle, a cidade dividida em trinta fragmentos pela fronteira entre os Países Baixos e a Bélgica, e paramos em Ostritz, a cidade da Alemanha de Leste onde os neonazis organizaram um festival de *rock*. Caminhamos pelas vielas rurais da Irlanda e desfrutamos do ambiente dos cafés de estilo vienense da cidade ucraniana de Chernivtsi.

Através destas linhas divisórias, Lewis Baston explora o modo como os lugares e as pessoas ultrapassam as cicatrizes deixadas por limpezas étnicas e cercas de arame farpado, e procura um futuro europeu melhor — encontrando-o em lugares inesperados.

**«Uma viagem original ao longo de muitas das fronteiras
mais interessantes da Europa.»**

Timothy Garton Ash, autor de
Pátrias: Uma História Pessoal da Europa



Penguin
Random House
Grupo Editorial

www.penguinlivros.pt
penguinlivros

ISBN: 978-989-583-470-9



9 789895 834709